

# **REFORMA DA POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM**

**Principais objectivos portugueses plenamente atingidos, considera Ministro da Agricultura, no final de maratona negocial no Luxemburgo**

## **1. Desligamento apenas parcial das ajudas directas ( culturas aráveis, carne de bovino, ovino e caprino).**

- Reduz-se assim o risco de abandono da produção e criam-se condições aos agricultores para reconverterem os sectores menos competitivos (cereais) para outras actividades, designadamente para pecuária extensiva de qualidade e produtos mediterrânicos.

## **2. Integração do princípio da coesão na Política Agrícola Comum.**

- Redistribuição dos apoios entre os Estados membros, para o desenvolvimento rural em benefício das regiões menos prósperas, o que, para Portugal, se traduz numa transferência anual de 33 milhões de euros.
- Isenção dos pequenos agricultores (até 5 000 euros de ajuda recebida por ano) do pagamento da modulação, o que, no caso de Portugal, abrange 96 % dos agricultores.

## **3. Aumento de quotas de produção em sectores sensíveis.**

- Carne de bovino: 90 000 direitos de produção adicionais com o objectivo de aumentar a produção de carne de qualidade, o que representa um

acrécimo, face à quota existente, de 30% e um acréscimo de apoio ao sector de 20 milhões de euros por ano.

- Leite: prolongamento da isenção do pagamento de multa por ultrapassagem da quota leiteira nos Açores em 73 000 toneladas e a sua conversão em quota adicional a estabilizar ao nível de 50 000 toneladas em 2005/2006.

#### **4. Reforço do apoio ao desenvolvimento rural**

- Aumento da taxa de comparticipação comunitária de 75% para 85%.
- Criação de novos apoios à melhoria da qualidade dos produtos agrícolas, do ambiente, da segurança alimentar e do bem estar animal.

#### **5. Balanço financeiro global muito positivo**

- O conjunto das medidas aprovadas asseguram uma transferência suplementar anual líquida para Portugal no montante de 168 milhões de euros.